

RECURSO ESPECIAL Nº 1.849.317 - SP (2019/0345207-5)

RELATORA : MINISTRA NANCY ANDRIGHI
RECORRENTE : SANDRA DE OLIVEIRA NASCIMENTO
ADVOGADOS : FREDERICO ANTONIO DO NASCIMENTO - SP172794
RODRIGO ROBERTO STEGANHA - SP293174
TOMAS HENRIQUE MACHADO - SP308634
RECORRIDO : SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT
SA
ADVOGADOS : MATHEUS PINTO DE ALMEIDA - RJ172498
THIAGO RAVELL SANTOS - RJ183844

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE COBRANÇA. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. NÃO INDICAÇÃO DE DISPOSITIVO LEGAL VIOLADO. SÚMULA 284/STF.

1. Ação de cobrança de diferença de indenização decorrente do seguro obrigatório (DPVAT).
2. Não se conhece do recurso especial quando ausente a indicação expressa do dispositivo legal a que se teria dado interpretação divergente.
3. Recurso especial não conhecido.

DECISÃO

Cuida-se de recurso especial interposto por SANDRA DE OLIVEIRA NASCIMENTO, com fundamento na alínea "c" do permissivo constitucional.

Recurso especial interposto em: 02/09/2019.

Concluso ao gabinete em: 22/11/2019

Ação: de cobrança de diferença de indenização decorrente do seguro obrigatório - DPVAT, ajuizada pela recorrente, em face de SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA.

Sentença: julgou parcialmente procedente a ação, nos termos do art. 487, I do CPC, a fim de condenar a requerida ao pagamento do valor de R\$ 2.193,75, a ser atualizado pela Tabela do TJ/SP, desde a data do sinistro até a data do efetivo pagamento. (e-STJ. Fls. 155)

Embargos de declaração: foram acolhidos para declarar a prescrição dos pedidos elencados na exordial, julgando extinto o feito, nos termos

do artigo 487, II, do CPC.

Acórdão: negou provimento à apelação interposta pela recorrente, nos termos da seguinte ementa:

ACIDENTE DE TRÂNSITO DPVAT INDENIZAÇÃO
EXTINÇÃO DO FEITO - PRESCRIÇÃO RECONHECIDA - AÇÃO
AJUIZADA MAIS DE TRÊS ANOS APÓS A CIÊNCIA DA
DECISÃO DO PEDIDO ADMINISTRATIVO - EXEGESE DAS
SÚMULAS 405 E 229 DO STJ SENTENÇA MANTIDA.

Apelação improvida. (e-STJ, fls. 191)

Recurso especial: alega a existência de dissídio quanto ao termo inicial do prazo prescricional aplicável à hipótese.

RELATADO O PROCESSO, DECIDE-SE.

- Julgamento: aplicação do CPC/15.

- Da fundamentação deficiente

Constata-se, da leitura das razões do recurso especial, que, quanto à alegada divergência jurisprudencial, a parte recorrente não indica violação a qualquer dispositivo infraconstitucional, o que importa na inviabilidade do recurso especial ante a incidência da Súmula 284/STF.

Não é possível o conhecimento do recurso especial fundado no dissídio jurisprudencial na hipótese em que não há a devida indicação de qual dispositivo de lei teria sido ofendido. Isso porque o entendimento do Superior Tribunal de Justiça preconiza que o apelo excepcional sustentado na dissidência pretoriana depende do apontamento do artigo de lei violado, sob pena de incidência da mencionada súmula, como ocorreu na hipótese. Precedentes: AgRg no AREsp 637.381/SP, 4ª Turma, Rel. Min. Luis Felipe Salomão, DJe de 02/03/2016, e EDcl no AREsp 806.419/SP, 3ª Turma, Rel. Min. Marco Aurélio Bellizze, DJe de 22/02/2016.

Forte nessas razões, NÃO CONHEÇO do recurso especial, com

fundamento no art. 932, III, do CPC/15.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/15, considerando o trabalho adicional imposto ao advogado da parte recorrida em virtude da interposição deste recurso, majoro os honorários fixados anteriormente em 12% sobre o valor da causa (e-STJ fls. 193) para 14%, observada eventual concessão da gratuidade de justiça.

Previno as partes que a interposição de recurso contra esta decisão, se declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar na condenação às penalidades fixadas nos arts. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º, do CPC/15.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 27 de novembro de 2019.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI
Relatora